

RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.327 - PE (2015/0182028-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JOAO BRITO ALVES
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO FARIA DE SOUZA CAVALCANTI E OUTRO(S) -
PE009504

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fls. 553/554):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CONCURSO PÚBLICO. AVALIAÇÃO MÉDICA QUE CONSTATOU DEFICIÊNCIA DE VISÃO CROMÁTICA NO AUTOR. INCAPAZ PARA O SERVIÇO MILITAR QUE ESTEVE MATRICULADO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES E DEIXOU DE CURSAR O CURSO DE ENGENHARIA, POR DOIS ANOS. DEVIDA A INDENIZAÇÃO. JUROS DE MORA. LEINº 11.960/09.

1. Hipótese em que o autor foi aprovado no Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores, com matrícula em janeiro de 2010, sendo considerado apto na Inspeção de Saúde, no Exame de Aptidão Psicológica, no Teste de Avaliação do Condicionamento Físico e no Exame de Aptidão à Pilotagem, razão pela qual foi convocado para Concentração Final. O "senso cromático" era requisito visual para o candidato ao CFOAV.

2. Após várias avaliações médicas, algumas contraditórias, o autor se submeteu à avaliação da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica que confirmou o parecer de deficiência de visão cromática e astigmatismo, julgando-o "incapaz definitivamente para o serviço militar", o que ensejou a ocorrência de danos ao autor, que se dedicou, durante um ano e meio, ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores (de 25 de janeiro de 2010 a 01 de agosto de 2011), tendo sido desligado por força da constatação (em definitivo) de patologia incompatível com o serviço militar.

3. Configurada a ocorrência de conduta danosa (ainda que não tenha sido ilícita, o que é irrelevante, mercê da responsabilidade objetiva), vez que o autor esteve matriculado no Curso de Formação de Oficiais Aviadores no período aduzido, quando era incapaz para o exercício de atividade aérea. Autor que faz jus à indenização por danos materiais e morais.

4. Danos materiais configurados. Autor que deixou de cursar, por um período de dois anos, o curso de Graduação de Engenharia, para foi aprovado (em ambas as universidades públicas de Pernambuco) atrasando em dois anos a sua carreira profissional. O autor optara, em detrimento do curso de Engenharia, pelo curso militar, com respaldo em laudo médico da própria Aeronáutica, que veio a ser posteriormente considerado equivocado.

6. Fixação do valor devido que deve considerar que o autor deixou de exercer por dois anos a profissão de engenheiro, em virtude do ingresso tardio na universidade, após o seu desligamento do CFOAV, ainda, a discutível probabilidade de o formando lograr enquadramento no mercado de trabalho tão logo concluída a graduação e, também, que o autor auferia remuneração durante sua permanência no CFOAV.

7. Indenização por danos materiais que deve observar os parâmetros de i)

corresponder, não a dois anos do salário inicial de um engenheiro, mas a um ano e meio, partindo este Juízo da estimativa de que, ao concluir a graduação, um engenheiro leve cerca de seis meses até conseguir ingressar no mercado de trabalho; ii) deverá abater os valores correspondentes à remuneração percebida pelo demandante durante o CFOAV.

8. Devido a título de danos materiais a diferença mensal entre o piso salarial de engenheiro (piso este a ser indicado na fase de cumprimento de sentença) e a remuneração auferida pelo autor durante o CFOAV, durante um período de 18 meses.

9. Dano moral que se caracteriza pela ofensa aos direitos da personalidade do indivíduo, insuscetíveis de avaliação pecuniária. Para que se configure sua ocorrência e o consequente dever de indenizar, não é necessária a efetiva comprovação do prejuízo suportado pela vítima, sendo necessário, no entanto, que o fato suscitado como danoso acarrete ao indivíduo médio um sentimento de humilhação, desonra ou constrangimento.

10. Apesar de sua subjetividade, não deve ser confundido com um mero aborrecimento, irritação, dissabor ou mágoa, só se configurando quando a dor, o vexame, o sofrimento ou a humilhação foge da realidade de tal forma que chegue a interferir intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem estar.

11. Configurado o dano moral, diante de todos os constrangimentos, transtornos e sofrimento suportados pelo autor, uma vez que deixou de concluir o CFOA, bem como atrasou durante dois anos o período de qualificação profissional, tendo ainda que se submeter a um novo vestibular para ingresso na UFPE.

12. Indenização pelo dano moral em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e retificação da motivação do desligamento do autor para a constatação da patologia incapacitante -incapacidade definitiva para o serviço militar.

13. Aplicação do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação alterada pela Lei nº 11.960, de 30/06/2009, relativamente à incidência dos juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública. Manutenção dos honorários fixados na sentença em R\$ 1.000,00. Apelação e à Remessa Necessária improvidas.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A recorrente aponta violação do art. 535, II, do CPC/1973; arts. 944 e 945, do CC; art. 1º-F, da Lei n. 9.494/1997, com a redação alterada pela Lei n. 11.960/2009.

Contrarrazões.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado 2).

Dito isso, tem-se que é deficiente a fundamentação do recurso especial em que se aponta, genericamente, ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil

sem a indicação clara e precisa do vício contido no acórdão recorrido, de modo a atrair, nesse ponto, a aplicação da Súmula 284 do STF. A propósito, destaco precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. IMPORTAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. ARRENDAMENTO MERCANTIL. INEXISTÊNCIA DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. [...]

3. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF. 4. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem (arts. 2º, § 1º, I, 4º, I, 12, IX, da Lei 87/1996), a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

[...]

6. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 779.123/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/02/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. COBRANÇA POR ESTIMATIVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. AFERIÇÃO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE HIDRÔMETRO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DÍVIDAS PRETÉRITAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 391.884/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/09/2015).

No tocante à irresignação recursal relativa à alegada violação dos arts. 944 e 945, do CC, observo não merecer conhecimento. É que a questão ali encartada não foi objeto de debate no Tribunal *a quo*, carecendo o especial do requisito constitucional do questionamento.

Ressalte-se que, conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo de lei federal, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Corte de origem tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente, o que não ocorreu no caso dos autos.

Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada." Convém registrar que a exigência de

prequestionamento prevalece também quanto às matérias de ordem pública.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ATUALIZAÇÃO DE VALOR DEPOSITADO. ARTIGOS 15-A E 33, § 2º, DO DECRETO-LEI 3.365/41. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

[...]

2. É firme no Superior Tribunal de Justiça o entendimento quanto à necessidade de prequestionamento da matéria trazida a exame, ainda que vinculada a tema de ordem pública.

3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 928.071/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS. [...]

2. A jurisprudência do STJ entende que, na seara extraordinária, o prequestionamento é necessário para exame, inclusive, das matérias de ordem pública.

3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgInt no AREsp 868.729/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 19/09/2016).

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. DEMORA NA DETERMINAÇÃO DO ATO DE CITAÇÃO PELO JUÍZO DE 1o. GRAU. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. CITAÇÃO DO DEVEDOR. ATRASO ATRIBUÍDO À INÉRCIA DO RECORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A alegação de que a demora na citação da recorrida se deveu ao atraso na determinação do ato pelo Juízo de 1o. grau não foi debatida pelo Tribunal de origem e não foram opostos Embargos de Declaração com o objetivo de sanar eventual omissão, configurando ausência de prequestionamento da matéria. Aplicação das Súmulas 282 e 356/STF.

[...] 4. Agravo Regimental da ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A desprovido (AgRg no AREsp 848.991/MT, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 26/10/2016).

Com relação ao art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no tocante à correção monetária, sob o rito da repercussão geral (RE 870.947/SE), fixou a tese seguinte:

O art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CFRB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a

promover os fins a que se destina.

Esse entendimento foi mantido pela Suprema Corte, sem modulação, quando do julgamento dos embargos de declaração, em 03 de outubro de 2019.

De outro lado, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.495.146/MG – realizado sob a sistemática dos recursos repetitivos (Tema 905) –, pacificou o entendimento sobre a aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/1997 (com redação dada pela Lei n. 11.960/2009) às condenações impostas à Fazenda Pública.

A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A INDÉBITO TRIBUTÁRIO.

" TESES JURÍDICAS FIXADAS.

1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza.

1.1. Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária.

No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário.

1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão.

A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório.

2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária.

3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação.

3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral.

As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período

posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E.

3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos.

As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E.

3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas.

No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital.

3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária.

As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).

3.3 Condenações judiciais de natureza tributária.

A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.

4. Preservação da coisa julgada.

Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressaltar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto.

" SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO.

5. Em se tratando de dívida de natureza tributária, não é possível a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009) - nem para atualização monetária nem para compensação da mora -, razão pela qual não se justifica a reforma do acórdão recorrido.

6. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ.

(REsp 1.495.146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018). (Grifos acrescidos).

O acórdão recorrido não se afastou desse entendimento, de modo a incidir a Súmula 83 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator